

Quércia não descarta o plebiscito e aguarda a definição do Relator

SÃO PAULO — Uma campanha pró-plebiscito, para definir o sistema de Governo a ser implantado no País pela nova Constituição, ainda poderá acontecer, segundo admitiu ontem o Governador de São Paulo, Orestes Quercia. Entretanto, ele condicionou o desencadeamento da campanha às próximas decisões do Relator Bernardo Cabral, com quem se encontra hoje à tarde em Brasília.

Para Quércia, não é verdade que o Governador Moreira Franco tenha ficado só na defesa do plebiscito.

— Não existe isso. Não houve abandono da proposta, mas entendeu-se que neste momento devemos aguardar o fato político. E o fato político importante para todos nós, agora, é a definição do Relator Ber-

nardo Cabral — afirmou Quércia.

O crescimento da tendência parlamentarista nos diferentes partidos não é visto com bons olhos pelo Governador.

— Correríamos o risco de um retrocesso político. Todo mundo sabe que vivemos num regime de muita instabilidade econômica. E isso se reflete de maneira mais profunda no Congresso. A experiência demonstra ser muito difícil, no parlamentarismo, que o Governo se mantenha numa situação de dificuldade como agora — explicou Quércia.

Em seu encontro, às 15 horas, com o Deputado Bernardo Cabral, Quercia pretende tratar das três propostas paulistas envolvendo a reforma

administrativa, a questão tributária e a elevação da bancada dos atuais 60 para um mínimo de 80 Deputados federais. Não descartou, entretanto, a possibilidade de falar com Cabral sobre o futuro regime de Governo.

O Governador desmentiu ter recebido do Presidente José Sarney pedido para defender a proposta de negociação da dívida externa do Ministro Bresser Pereira. E criticou o seu partido, por entender que o PMDB não está dando apoio à tentativa de resolver a questão da dívida.

— Há anos eu ouço de todas as partes que a dívida externa é uma exploração e, agora que se tem uma proposta objetiva de enfrentar o problema, fica todo mundo quieto — disse com ironia o Governador.

Tasso acha que será prejudicial mudar sistema

FORTALEZA — O Governador Tasso Jereissati disse ontem que o sistema parlamentarista seria prejudicial ao País no momento, em função da necessidade de uma ampla reforma administrativa em âmbito federal que, na sua opinião, só será possível com o presidencialismo. Jereissati — que deu sua primeira entrevista coletiva após a posse — acrescentou que somente uma ampla reforma, que exige a extinção de ministérios e órgãos da administração indireta, permitirá acabar com o déficit público.

O Governador se queixou de pressões dos órgãos de comunicação, ao lembrar que “nunca no Ceará um governo foi tão criticado quando o nosso”.

— Mas eu acho que isso reflete a liberdade de imprensa com que hoje vivemos no Ceará, pois o Governo não precisou fazer nenhum acordo com órgãos da imprensa para elogiar suas atividades ou parar de criticá-las — afirmou. E acrescentou:

— Está havendo uma campanha sistemática contra o programa de emergência de atendimento às vítimas da seca, no sentido de desmoralizar a ação do Governo. Mas nós estamos rebatendo no mesmo tom. Seria muito cômodo para nós voltarmos ao sistema de tais programas nos governos anteriores, em que o dinheiro era entregue aos Prefeitos, que pagavam apenas um terço do salário mínimo aos alistados e ninguém trabalhava. Nós queremos que os 140 mil trabalhadores ocupados atualmente nas frentes de trabalho, no Ceará, ganhem o salário mínimo inteiro e trabalhem de fato.



O Presidente José Sarney recebe os jornalistas credenciados no Planalto

Sarney exalta independência da imprensa não partidária

BRASÍLIA — Em saudação divulgada ontem, por ocasião do Dia da Imprensa, o Presidente José Sarney ressaltou que “a imprensa, além de definir uma atividade profissional, é um vocábulo que vem sempre associado à liberdade”. Falando aos jornalistas credenciados no Palácio do Planalto, Sarney disse que no Brasil se pratica um jornalismo moderno, com profissionais do mesmo nível que os melhores da imprensa mundial.

Sarney lembrou que, de 1947 a 1984, sempre esteve ligado ao trabalho jornalístico e, ainda hoje, sua carteira profissional está assinada como correspondente do jornal “O Imparcial”, de São Luiz (MA), do qual está licenciado. Em sua avaliação, o povo

brasileiro vem sendo informado com absoluta correção e transparência sobre todas as ações de seu Governo.

A vinculação de jornais a partidos políticos, como ocorre em alguns países da Europa, não cabe mais no Brasil de hoje, segundo o Presidente. Ele comentou que, no fim do século passado e início deste, era tradicional a vinculação de jornais a partidos políticos, porém tal situação se modificou com a modernização da imprensa.

— Evoluímos de um tipo de jornalismo político — disse Sarney — para um jornal muito mais profissional, muito mais informativo e não engajado.

Secretários de Fazenda pedem reforma rápida

BRASÍLIA — Secretários de Fazenda de todos os Estados, Territórios e do Distrito Federal estiveram ontem na Fundação Israel Pinheiro para apoiar o substitutivo do Relator Bernardo Cabral e propor novas alterações que acelerem a implantação da reforma tributária e aumentem suas arrecadações e autonomia financeira.

— Viemos reafirmar que não podemos perder nada do que já foi conquistado — disse o Secretário da Fazenda de São Paulo, José Machado de Campos Filho.

Segundo José Machado, a reforma tributária consagrada no substitutivo não corre risco de ser rejeitada, porque representa “um anseio muito antigo dos Estados e Municípios, do qual os Constituintes estão conscientes”. Mas, para os Secretários, o texto ainda pode ser aperfeiçoado, principalmente acelerando o processo de implantação da reforma.

Os Secretários pleitearam que a implantação do novo sistema tributário, com início previsto para o dia 1º de janeiro de 1989, seja antecipada para 1º de julho de 1988. Também os novos índices dos Fundos de Participação dos Estados e Municípios, para eles, devem vigorar integralmente a partir de 1º de janeiro de 1988, e não na forma escalonada constante no atual substitutivo.

A autonomia dos Estados, segundo os Secretários, também deve ser praticada nas decisões sobre as alíquotas a serem cobradas no ICM sobre combustíveis, energia elétrica e lubrificantes, na substituição do Imposto Único e na gerência de suas dívidas.